MARCO TEMPORAL: O ATAQUE IMPLACÁVEL AOS DIREITOS DOS POVOS TRADICIONAIS

Políticas Públicas e Projetos para Amazônia: Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas, 1ª edição, de 21/06/2023 a 23/06/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-044-1

BALBANI; Arthur Paku Ottolini¹, VIEIRA; Eduarda Francelino², HILÁRIO; Rosângela Aparecida³

RESUMO

O presente trabalho busca analisar criticamente o projeto de Lei do Marco Temporal Indígena (PL 490/07), aprovado pela Câmara dos Deputados e pendente de apreciação pelo Senado Federal, e discutir suas consequências para os direitos dos povos tradicionais. O "Marco Temporal" é uma questão jurídica altamente controversa e reacionária envolvendo a demarcação e proteção de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse debate se centraliza na definição de um momento temporal a partir do qual essas populações devem comprovar sua ocupação contínua para ter direito à demarcação de suas terras, deixando de fazer jus a este direito caso a ocupação tenha se dado em data distinta. A tese do Marco Temporal contida no PL 490/07 consiste em limitar o direito à demarcação de terras indígenas apenas para as áreas ocupadas por essas populações até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988 (que reconheceu e garantiu os direitos indígenas). Em outras palavras, aqueles que não estavam ocupando as terras nessa data devem apresentar provas de sua presença e continuidade na área territorial desde então. Não se trata, porém, de uma tese "inérita" para o Direito brasileiro. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal foi o responsável por fixar esta tese, ao analisar o caso da "Terra Indígena Raposa Serra do Sol" (Pet. 3.388/RR), ocasião em que foram fixadas orientações gerais a outros casos semelhantes - e que, posteriormente, se tornaram de observância obrigatória pela Administração Pública pelo Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU. Atualmente, porém, a própria Corte está apreciando a matéria em sede de recurso extraordinário com repercussão geral (RE 1.017.365, Tema nº 1.031/RG), que, após julgado, será de observância obrigatória a todos os tribunais brasileiros. O risco de revisão da tese do marco temporal e sua extirpação do direito brasileiro provocou a "corrida legislativa" para mantê-la no ordenamento. Tal abordagem representa um ataque não apenas aos povos originários, mas também a outras comunidades tradicionais, como as quilombolas. O projeto de lei ignora e desconsidera toda a história de luta e resistência dos povos indígenas e tradicionais, assim como seu sofrimento ao longo dos anos em processos de deslocamento forçado. Logo, caso a proposição legislativa seja aprovada pelo Senado e sancionada pela Presidência da República, seria restringido o direito à demarcação de terras, tornando a preservação dos direitos destas populações muito mais difícil. A situação é especialmente preocupante, uma vez que esses povos já enfrentam constantes ataques e desafios - afinal o poder político institucionalizado se porta, ainda hoje, como colonizador. A diversidade de identidades desses povos e seus direitos continuam sendo alvos de ataques e negligências. A frase dita por Ailton Krenak no documentário "Guerras do Brasil.doc" aos seus entrevistadores chama a atenção sobre a importância desta pauta, e marca a hipótese do trabalho - de que o marco temporal é a institucionalização jurídica da violação de direitos fundamentais dos povos

¹ Universidade de São Paulo, arpaku@gmail.com

² Universidade Federal de Rondônia, eduardafrancelino18@gmail.com

³ Universidade Federal de Rondônia, rosangela.hilario@unir.br

tradicionais. Krenak afirmou, naquela ocasião, que “Nós estamos em guerra. Não sei por que você está me olhando com essa cara tão simpática. Nós estamos em guerra, o seu mundo e o meu mundo estão em guerra. E, é neste local em que os povos originários e tradicionais se encontram, em uma guerra constante por garantia mínima direitos que são frequentemente atacados por poderes políticos partidários, que nada representam os povos originários e tradicionais.”. O presente trabalho parte das considerações e premissas acima estabelecidas para destrinchar as violações de direitos decorrentes de uma possível aprovação do PL 490/07, fazendo-o em três frentes. Na primeira frente, abordará as violações que já ocorreram e têm ocorrido nos últimos 14 anos, após o julgamento do caso “Raposa Serra do Sol”, quando introduzido o marco temporal no ordenamento brasileiro. Na segunda frente, avaliará as consequências da eventual aprovação do PL nº 490/07, caso mantida a mesma redação do texto dada pela Câmara dos Deputados. Na terceira e última frente, conjugando ambas as perspectivas, discutirá qual a repercussão para as futuras gerações e para a finalidade do Estado brasileiro - que tem o dever de preservar os direitos fundamentais - da manutenção da tese do marco temporal.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais, Marco Temporal, povos originários

¹ Universidade de São Paulo, arpaku@gmail.com

² Universidade Federal de Rondônia, eduardafrancelino18@gmail.com

³ Universidade Federal de Rondônia, rosangela.hilario@unir.br